

NOVEMBRO 2020

DE VOLTA À ORIGEM:

Salvar a Biodiversidade
da Europa Começa no Oceano

*Toda a vida no planeta veio do oceano,
e toda a vida no planeta depende do oceano.
Sem um oceano saudável e funcional, a vida
seria insustentável. Precisamos ajudá-lo,
para nos ajudarmos a nós mesmos.*



Estes são tempos turbulentos. Um milhão de espécies estão em risco de extinção e os ecossistemas que suportam as nossas vidas estão à beira do colapso¹; estamos envolvidos na pior pandemia que o mundo experienciou nos últimos 100 anos; e os impactos das alterações climáticas já estão a causar impactos, com aquecimento sem precedentes, degelo e refugiados climáticos. Os mares da UE estão a sentir o calor: os Estados-Membros não conseguiram alcançar um "bom estado ambiental" para os nossos mares e os impactos combinados estão a caminho para ultrapassar fronteiras globais complexas – desencadeando alterações irreversíveis nas condições ecológicas sob as quais a humanidade evoluiu e prosperou².

A Presidente von der Leyen e muitos Chefes de Estado ou de governo da UE juntaram-se ao Compromisso "Líderes pela Natureza" na Cimeira da ONU sobre Biodiversidade³, comprometendo-se a reverter a perda de biodiversidade até 2030. As Estratégias de Biodiversidade e "Farm to Fork" da Comissão Europeia são um plano para cumprir essa promessa. Este documento é um conjunto de ferramentas e soluções relacionadas com o oceano que os decisores da UE, incluindo a Comissão, os Ministros dos Estados-Membros e os eurodeputados, podem utilizar para traduzir essas duas estratégias em ação tangível e vinculativa.

IMPLEMENTAR AS LEIS EXISTENTES E ELEVAR A FASQUIA

A Estratégia da UE para a Biodiversidade e a legislação que a implementará devem apoiar e basear-se nas leis já em vigor. As Diretivas Aves e Habitats protegem espécies e habitats marinhos específicos, exigindo a criação e gestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e o estabelecimento de medidas rigorosas de conservação para espécies marinhas protegidas. Ao abrigo da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, os Estados-Membros tinham o dever de assegurar que os seus mares se encontram em "bom estado ambiental" até 2020. A Política Comum das Pescas (PCP) tem como objetivo assegurar uma gestão sustentável das pescas com um impacto mínimo no meio marinho, seguindo uma abordagem ecossistémica. O regulamento relativo às pescas de profundidade proporciona uma proteção extra aos ecossistemas marinhos de profundidade vulneráveis. A Convenção de Aarhus permite que aos cidadãos da UE participar em decisões ambientais que os afetem.

No entanto, devido à falta de uma implementação e execução adequadas, os objetivos de conservação estabelecidos na lei ainda não foram atingidos em qualquer área: proteger a natureza marinha, introduzir uma gestão sustentável das pescas e alcançar ecossistemas marinhos saudáveis⁴. É necessário intensificar drasticamente as medidas de execução para garantir que todos os Estados-Membros cumpram plenamente as suas obrigações ambientais.

AÇÃO 1 Dedicar mais recursos para assegurar uma implementação e execução sólidas das leis e objetivos existentes, incluindo a aplicação vigorosa de ações punitivas contra os Estados-Membros não cumpridores.

PROMULGAR UM PLANO DE AÇÃO PARA AS PESCAS QUE ABORDE OS DESAFIOS ATUAIS

O oceano e a nossa perceção do mesmo mudaram desde 2013, quando a PCP foi revista pela última vez. A maximização dos rendimentos das pescas já não pode ser o objetivo central da gestão das pescas da UE. **O objetivo deve ser permitir que as populações de peixes sejam restauradas, e mantidas, a níveis que lhes permitam desempenhar o seu papel crucial nos ecossistemas marinhos e garantir que as espécies e habitats marinhos sejam saudáveis e prósperos.** Esta é a única forma

1 - IPBES (2019): Resumo para os decisores políticos do relatório de avaliação global sobre biodiversidade e serviços de ecossistemas da Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. <https://ipbes.net/global-assessment>

2 - Agência Europeia do Ambiente (2019): Marine messages II: Navigating the course towards clean, healthy and productive seas through implementation of an ecosystem-based approach. Relatório n.º 17/2019. <https://www.eea.europa.eu/publications/marine-messages-2/>

3 - Compromisso "Líderes pela Natureza" <https://www.leaderspledgefornature.org/>

4 - Agência Europeia do Ambiente (2019): Marine messages II: Navigating the course towards clean, healthy and productive seas through implementation of an ecosystem-based approach. Relatório n.º 17/2019. <https://www.eea.europa.eu/publications/marine-messages-2/>

destes ecossistemas continuarem a prestar serviços críticos como a produção de oxigénio, a regulação do clima, o armazenamento de carbono e a produção de alimentos, dos quais dependem a saúde humana e planetária. O Plano de Ação para as Pescas deve ser holístico, permitindo transparência, confiança e conformidade. Todas estas ações devem ser implementadas e executadas em igual medida à frota de águas longínquas da UE, independentemente do local onde estão a operar.

AÇÃO 2 Desenvolver um Plano de Ação para as Pescas que apoie populações de peixes produtivas e resilientes, incluindo:

- Incluir “buffers” precaucionários para as alterações climáticas aquando das definições das possibilidades de pesca;
- Avaliações de impacto ambiental das atividades de pesca que incluam elementos como os impactos na rede alimentar, nas espécies não-alvo e associadas, nas espécies protegidas, na perturbação física e na capacidade do ecossistema de mitigar ou adaptar-se às alterações climáticas;
- Medidas acrescidas para minimizar as capturas acessórias;
- Um conjunto claro e transparente de critérios ambientais e sociais para a atribuição de quotas de pesca de forma a maximizar os benefícios para o ambiente e para as comunidades costeiras;
- Uma melhoria drástica do controlo das atividades de pesca, incluindo a transição para sistemas de monitorização eletrónica remota (REM) obrigatórios para todas as frotas.

AÇÃO 3 Assegurar que o Plano de Ação para as Pescas protege as espécies sensíveis ao incluir:

- Uma aposta na monitorização robusta a longo prazo das espécies sensíveis;
- Recolha adequada de dados das interações com a pesca;
- Aplicação de medidas destinadas a prevenir e mitigar a captura acessória de espécies sensíveis.

AÇÃO 4 Incluir ações no Plano de Ação para as Pescas para proteger os habitats ricos em biodiversidade marinha, combatendo as artes de pesca mais destrutivas - as redes de arrasto de fundo - incluindo:

- Proibição da pesca de arrasto de fundo em todas as áreas marinhas protegidas da UE;
- Restrições espaciais e proibições de redes de arrasto de fundo em zonas costeiras para proteger habitats sensíveis.

AÇÃO 5 Proteger os ecossistemas de águas profundas através da aplicação eficaz do regulamento da UE sobre o mar profundo e, em particular:

- Fazendo o delineamento da pegada das pescas de fundo nas áreas compreendidas entre os 400 e 800 metros de profundidade;
- Encerrar áreas, com base na abordagem precaucionária, onde os ecossistemas marinhos vulneráveis são conhecidos ou prováveis de ocorrer.

PROTEGER PELO MENOS UM TERÇO DE TODAS AS ÁREAS MARINHAS, EM ÁGUAS DA UE E A NÍVEL GLOBAL

Para apoiar as pessoas, combater a crise climática e salvar a vida selvagem, precisamos **de uma rede de santuários oceânicos "totalmente e altamente protegidos" que cubra pelo menos 30% dos oceanos até 2030 ("30x30")**. Igualmente crucial é o compromisso de gerir eficazmente todas as áreas protegidas, definindo objetivos e medidas claras de conservação e monitorizá-las adequadamente.

AÇÃO 6 Reforçar o apelo "30x30" da Estratégia da UE para a Biodiversidade ao:

- Aumentar a ambição para ter pelo menos 30% dos oceanos da UE total ou altamente protegidos, como recomendado pela ciência;
- Exigir que as atividades humanas mais destrutivas sejam imediatamente proibidas de todas as áreas marinhas protegidas da UE, incluindo atividades de pesca nocivas, exploração de hidrocarbonetos, etc.;
- Defender um compromisso de, pelo menos, 30x30 na Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica;
- Alargar explicitamente o objetivo 30x30 ao oceano global (Áreas Além da Jurisdição Nacional - ABNJ) e defender procedimentos globais claros para identificar, estabelecer e gerir eficazmente áreas marinhas protegidas ecologicamente representativas nas ABNJ [MOU1] através de um novo Tratado Global do Oceano, com carácter de urgência em 2021.

RESTAURAR O OCEANO

A recuperação dos ecossistemas oceânicos pode ser feita através da gestão ativa ou da recuperação natural passiva. **Restaurar a natureza no mar cria serviços ecossistémicos duradouros e pode levar a uma criação de emprego significativa** em sectores como o turismo, que está entre os mais atingidos pela crise COVID-19. Os esforços de restauração e conservação também ajudam a reequilibrar os interesses das zonas costeiras, criando ativos duradouros e, ao mesmo tempo, aumentando a resiliência das zonas costeiras contra desafios futuros, como as alterações climáticas.

AÇÃO 7 Elaborar um plano para restaurar a biodiversidade marinha da UE, através da:

- Fixação de um objetivo de restauro de, pelo menos, 15% dos mares da UE;
- Primazia a ecossistemas com maior potencial para capturar e armazenar carbono, e para prevenir e reduzir o impacto de desastres naturais, em particular para restaurar a integridade do fundo do mar.

ELIMINAR SUBSÍDIOS PREJUDICIAIS E FINANCIAR A NATUREZA

Os subsídios nocivos no sector das pescas reduzem os custos de capital ou operacionais e incentivam a utilização de práticas de pesca destrutivas do ambiente. Os subsídios para a construção e modernização dos navios ou as isenções de imposto sobre os combustíveis, por exemplo, levam os pescadores a viajar mais e a permanecer no mar mais tempo do que seria possível, mesmo quando não é rentável, impulsionando o esgotamento das populações de peixes e a degradação do ambiente. Estima-se que, em 2018, a UE tenha distribuído mais de dois mil milhões de dólares em subsídios que aumentam a capacidade⁵. No entanto, existe um elo fraco entre os subsídios de pesca prejudiciais e a melhoria do nível de vida dos pescadores⁶, porque uma grande parte do dinheiro vai para os fornecedores e os proprietários de navios em vez de melhorar o rendimento dos pescadores

AÇÃO 8 Estabelecer a coerência entre os compromissos da UE e as suas políticas de subsídios para o sector das pescas, garantindo que:

- O novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, bem como as futuras diretrizes revistas de auxílios estatais, exigem a eliminação ou reorientação dos subsídios nocivos à biodiversidade;
- A isenção do imposto sobre os combustíveis concedida ao sector das pescas na Diretiva relativa à tributação da energia é suprimida na revisão deste instrumento.

DIMINUIR O VOLUME DEBAIXO DE ÁGUA

O ruído subaquático antropogénico é um poluente crítico que afeta negativamente os ecossistemas marinhos globais. Continuam a faltar medidas concretas para melhorar a situação. Nas águas da UE, o transporte marítimo constitui uma importante e contínua fonte de ruído. Fontes de ruído súbitas ("impulsivas") incluem explosões, canhões de ar sísmicos, perfuração do solo marinho e exercícios militares que usam sonar. Baleias, golfinhos, peixes e outros seres marinhos são profundamente afetados pela poluição sonora porque dependem do som para sobreviver. **A UE tem de aplicar medidas mais urgentes e rigorosas.**

AÇÃO 9 Implementar estratégias de redução do ruído dos navios em conformidade com as diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO, em inglês).

USAR A INFLUÊNCIA DA UE PARA PROTEGER A BIODIVERSIDADE DOS OCEANOS A NÍVEL GLOBAL

A UE tem um impacto sobre a biodiversidade marinha global, nomeadamente através de políticas comerciais e de participação em organismos multilaterais, cadeias de abastecimento de mercadorias e frota de águas distantes da UE.

AÇÃO 10 Assegurar que o alcance internacional da UE não piora a destruição dos ecossistemas oceânicos ao:

- Estabelecer critérios ambientais e sociais claros, bem como regras de responsabilidade para os importadores, transformadores e retalhistas para limpar as cadeias de abastecimento de pescado na legislação, à semelhança do regulamento relativo à madeira;

5 - Sumaila, U. Rashid, et al. "Updated estimates and analysis of global fisheries subsidies." Marine Policy 109 (2019): 103695

6 - OCDE (2017). Apoio à pesca: Níveis e impactos. Documentos da OCDE para a Alimentação, Agricultura e Pescas, nº 103, Paris: Editora da OCDE. Retirado de: <https://www.oecd.org/tad/fisheries/support-to-fisheries.pdf>

- Tornar a avaliação dos impactos na biodiversidade dos oceanos parte obrigatória de uma avaliação de impacto ambiental, que deve ser feita antes do início das negociações sobre um acordo comercial, para que possa ser tida em conta nas negociações de forma abrangente e sistemática;
- Rever e atualizar os acordos de parcerias de pesca sustentável para os navios da UE que pescam em águas distantes, de modo a que não contribuam para a sobrepesca ou para a captura acessória de espécies sensíveis e a não impactarem negativamente as atividades económicas das comunidades costeiras locais e das frotas artesanais;
- Assegurar que a Organização Marítima Internacional proíbe a utilização de fuelóleo pesado nas águas do Ártico;
- Trabalhar para alcançar uma moratória sobre a mineração de mar profundo, incluindo junto da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, e cessar o financiamento para o desenvolvimento de tecnologias de mineração de mar profundo, em acordo com a necessidade de transição para uma economia circular baseada na redução, reutilização e reciclagem de minerais e metais.

O TEMPO DE AGIR PELOS OCEANOS É AGORA!

O Compromisso dos Líderes Pela Natureza, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o Acordo de Paris, o Novo Acordo Verde Europeu – todos estes estabeleceram a intenção de transformar a forma como fazemos as coisas para salvar a vida no planeta. Mas precisamos de mais do que promessas. Tomar as 10 ações descritas acima colocar-nos-á no caminho certo.

Para mais informações, contacte:

BirdLife Europe, Bruna Campos, bruna.campos@birdlife.org
BLOOM, Sabine Rosset, sabinerosset@bloomassociation.org
ClientEarth, John Condon, jcondon@clientearth.org
Deep Sea Conservation Coalition, Matthew Gianni, matthewgianni@gmail.com
Greenpeace European Unit, Kevin Stairs, kevin.stairs@greenpeace.org
IFAW, Eleonora Panella, epanella@ifaw.org
MEDASSET, Konstantina Andreanidou, k.andreanidou@medasset.org
Oceana in Europe, Nicolas Fournier, nfournier@oceana.org
Our Fish, Rebecca Hubbard, rebecca@our.fish
Sciaena, Gonçalo Ferreira de Carvalho, gcarvalho@sciaena.org
Seas At Risk, Andrea Ripol, aripol@seas-at-risk.org
The Nature Conservancy, Marta Marrero Martin, marta.marreromartin@tnc.org
WDC, Whale and Dolphin Conservation, Sarah Dolman, sarah.dolman@whales.org